

# Patriotas da BR-163: ressentimentos, nostalgia e a humilhação da lei na fronteira

Patriots of the BR-163: resentments, nostalgia, and the humiliation of the law on the frontier

**Renata Barbosa Lacerda**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Este artigo discute a relação entre políticas de desenvolvimento, a produção de comunidades imaginadas e confrontos políticos, tendo como objeto de análise as dinâmicas emocionais presentes em relatos de habitantes da região da rodovia BR-163 (Pará, Amazônia Legal, Brasil) em situações de conflito com autoridades estatais. A análise se alicerça em dados etnográficos, publicações de relatos de habitantes da região, reportagens jornalísticas e entrevistas em profundidade com autodenominados pioneiros, colonos, produtores rurais, pequenos agricultores, comerciantes, empresários, garimpeiros e madeireiros. Com base no diálogo com teorias das Ciências Sociais sobre emoções, desenvolvimento e mobilizações sociais, descrevo como dinâmicas emocionais vinculadas ao imaginário de conquista da “fronteira” conformaram uma memória social marcada por nostalgia estrutural e ressentimentos. Esses eram entretecidos por sentimentos como: coragem daqueles identificados como pioneiros diante do medo do sertão e da esperança do progresso; humildade, orgulho, raiva e revolta do “povo” frente a variadas formas de abandono, covardia e humilhação do governo e da lei. Argumento que esses ressentimentos e nostalgias motivaram uma crescente adesão, por grupos sociais heterogêneos mais recentemente reunidos sob a categoria patriotas, à extrema-direita e a conflitos violentos contra normas e políticas públicas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas. Logo, o objetivo do trabalho é contribuir para a compreensão de como os patriotas da BR-163 acreditam no que dizem e fazem, assim como suas motivações políticas. Defendo que emoções referidas a confrontos políticos violentos são ferramentas analíticas profícuas para a reflexividade antropológica acerca de nossos “outros repugnantes”.

**Palavras-chave:** Emoções, Moralidades, Confrontos Políticos, Extrema-Direita, Amazônia.

---

Recebido em 12 de abril de 2024.  
Avaliador A: 29 de abril de 2024.  
Avaliador B: 04 de julho de 2024.  
Aceito em 21 de agosto de 2024.

---



## ABSTRACT

This article discusses the relationship between development policies, the production of imagined communities and political confrontations, taking as its object of analysis the emotional dynamics present in the accounts of inhabitants of the BR-163 highway region (Pará, Legal Amazon, Brazil) in contentious situations with state authorities. The analysis is based on ethnographical findings, publications of inhabitants' stories, newspaper reports and in-depth interviews with self-styled pioneers, settlers, rural producers, small farmers, traders, entrepreneurs, miners, and loggers. Based on a dialogue with theories of emotions, development, and social mobilizations, I describe how emotional dynamics linked to the idea of conquering "frontiers" have shaped a social memory shaped by structural nostalgia and resentments. These were interwoven with feelings such as: courage of the pioneers in the face of the fear of the backlands and the hope of progress; humility, pride, anger, and revolt of the "people" when faced with various forms of abandonment, cowardice and humiliation by the government and the law. I argue that these resentments and nostalgias have motivated a growing adherence, by heterogeneous social groups recently gathered under the category of patriots, to the extreme right and to violent conflicts against norms and public policies for environmental regulation and the redistribution of public lands. Therefore, the aim of this work is to contribute to understanding how these patriots believe in what they say and do, and their political motivations. I argue that emotions related to violent political confrontations are useful analytical tools for anthropological reflexivity about our "repugnant others".

**Keywords:** Emotions, Moralities, Political Confrontations, Extreme Right, Amazonia.

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute a relação entre políticas de desenvolvimento, a produção de comunidades imaginadas e confrontos políticos, tendo como objeto de análise as dinâmicas emocionais presentes em relatos de habitantes da região da rodovia BR-163 (Sudoeste do Pará), particularmente aqueles do município de Novo Progresso, em situações de conflito com autoridades estatais<sup>1</sup>. Em especial, os sentimentos de: *coragem* dos *pioneiros* diante do *medo do sertão* e da *esperança de progresso*; *humildade*, *orgulho*, *raiva* e *revolta* do que concebiam

---

<sup>1</sup> Este trabalho, resultante de pesquisa de pós-doutorado, foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Processo SEI 260003/008725/2023. A pesquisa de doutorado recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ).

como *povo* ou *sociedade* diante de *abandonos*, *covardias* e *humilhações* do *governo* e da *lei*. A análise se alicerça na etnografia que realizei sobre a região (2013-2023), publicações de relatos de habitantes da região, reportagens jornalísticas e entrevistas em profundidade com autodenominados *pioneiros*, colonos, produtores rurais, pequenos agricultores, comerciantes, empresários, garimpeiros e madeireiros<sup>2</sup>.

Esta pesquisa tem por objetivo a compreensão de como *patriotas* da BR-163 acreditam no que dizem e fazem, bem como suas motivações políticas. Busca ainda contribuir com a literatura sobre o papel das emoções na política, seja em termos de movimentos sociais, política eleitoral ou políticas públicas (Coelho; Beleli, 2022), levando em consideração que discursos emocionais incorporados são mecanismos de exercício de dominação que possuem o potencial micropolítico (Rezende; Coelho, 2010) de dramatizarem ou alterarem as hierarquias sociais (Abu-Lughod; Lutz, 1990). Foca em “emoções hostis” ou “negativas”, em especial a humilhação e o ressentimento, por serem um meio privilegiado de esmiuçar essas hierarquias sociais a partir de marcadores sociais da diferença (Díaz-Benítez; Gadelha; Rangel, 2021), bem como para elucidar processos de subjetivação que escapam a explicações sobre práticas coletivas violentas apenas pela chave da manipulação e coerção (Fassin, 2013).

A etnografia que baseia esta análise mostrou que colonos sulistas *pioneiros* caracterizavam-se como heróis da conquista da “fronteira” amazônica desde sua chegada nos anos 1970 e 1980. Assim sendo, a implementação do Plano BR-163 Sustentável, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), significou uma *crise* que rearticulou grupos sociais heterogêneos. Esses grupos reuniram-se ocasionalmente em ações coletivas como *sociedade progressense* ou *povo da BR-163* pela crítica ao processo de ambientalização das políticas públicas e regulamentações ambientais, fundiárias e agrárias (Lacerda, 2022b, 2023). A responsabilização da questão ambiental pelos problemas da região foi o modo pelo qual representantes locais – sobretudo agentes capitalizados das atividades madeireira, minerária e pecuária – passaram a enquadrar variados ressentimentos em contraposição ao estigma de *bandidos*, gerado pela ambientalização.

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foram operadas novas rearticulações sociais a nível regional, que acompanharam o fortalecimento de representantes da mineração e do agronegócio, impulsionados pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022). Com a derrota de Bolsonaro em 2022, representantes do modelo de desenvolvimento neoextrativista (Svampa, 2019) –, que vinham realizando concertações nos níveis transnacional, nacional, estadual, regional e local (Pompeia, 2020), demonstraram seu caráter violento em ações coletivas na região da BR-163 paraense (Lacerda, 2023) e em outras

---

<sup>2</sup> Em itálico, destaque: termos êmicos pertinentes para a análise; termos estrangeiros; títulos de periódicos; e livros. Mantenho o termo *pioneiro* em itálico ao longo do texto para destacar seu caráter de identidade coletiva que nega ou diminui a coexistência com povos e grupos sociais não brancos na região durante a política de colonização. Substituí nomes citados para preservar a confidencialidade das entrevistas.

regiões do país (Fialho *et al.*, 2023).

No primeiro item, discuto o papel da reflexividade antropológica na análise de seus “outros repugnantes” e de suas adesões em confrontos políticos. No segundo item, abordo a questão das motivações de mobilizações sociais comunitárias, traçando um diálogo entre as literaturas sobre emoções e o desenvolvimento, sob a perspectiva das comunidades imaginadas a partir da conquista da “fronteira”. No terceiro item, discorro sobre a relação entre nostalgia e ressentimentos coletivos agravados com a *crise* de meados dos anos 2000, traduzida pelo *povo da região* por *covardias* e *humilhações*. No último item, descrevo o autointitulado *movimento patriota*, o qual bloqueou a BR-163 contra a derrota de Bolsonaro em 2022, abordando a importância da esperança para a mobilização. Por fim, argumento que as dinâmicas emocionais entretecidas por ressentimentos e nostalgias em torno do imaginário da conquista motivaram a crescente adesão à extrema-direita e a conflitos violentos contra normas e políticas públicas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas.

## ADESÕES E AFETAÇÕES EM CAMPO

Maria Claudia Coelho (2023), em diálogo com Susan Harding (1991) e Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco (2021), mostrou que emoções referidas a conflitos em torno do voto são ferramentas analíticas profícuas para a reflexividade antropológica acerca de nossos “outros repugnantes”. Isto é, aqueles por quem nós, antropólogos, nutrimos repulsa e não empatia – valor que se tornou paradigmático para o exercício etnográfico, como salientou criticamente Marco Martínez-Moreno (2022).

Nesse sentido, James Jasper (2018) observou em posfácio ao livro *The Emotions of Protest*, que as crenças de eleitores de Donald Trump nos EUA podem ser mais bem compreendidas quando referidas a emoções que compõem uma constelação de compromissos morais e afetivos. Essas lealdades afetivo-morais, que conformam identidades coletivas, não são redutíveis a princípios abstratos, como liberalismo, nacionalismo e, poderíamos acrescentar, democracia. Segundo Jasper, isso é verdade tanto para eleitores de Trump quanto para aqueles que, situando-se do outro lado do espectro político, desprezam e temem a extrema-direita. Conforme Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010) já haviam mostrado com base em etnografias no Brasil, o voto é uma questão de adesão a um lado (não fixo) da sociedade, mais do que uma escolha individual<sup>3</sup>. Com isso em mente, proponho analisar as adesões em jogo em confrontos políticos,

---

3 “Se o voto-escolha é uma decisão [...] individual, tomada com base em certos critérios, em um determinado momento, a adesão é um processo que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social significativa, ao longo do tempo, para além do tempo da política” (Palmeira; Heredia, 2010, p. 19).

que abarcam a política institucional, mas também a formação de identidades coletivas, ciclos de protesto e violência coletiva (McAdam; Tarrow; Tilly, 2004).

Durante o trabalho de campo em Novo Progresso, me vi constantemente implicada ética e politicamente nesses confrontos políticos a nível local e nacional. Em 2018, eu estava em Novo Progresso durante o primeiro turno das eleições, quando sindicalistas e políticos ruralistas fizeram carreta e outdoors em apoio ao candidato à presidência Jair Bolsonaro. Conversando com algumas lideranças de empresários, percebi que escondiam seu voto em candidatos da direita como Álvaro Dias (Podemos) na presença de representantes bolsonaristas. Como sabiam que eu também não votaria no então candidato do Partido Social Liberal (PSL) por ser, na visão deles, muito radical, riram ao me dizer: “nós somos Bolsonaro como você”. De fato, eu também evitava declarar meu voto entre bolsonaristas e lideranças da elite local. Ao passo em que alguns presumiam que eu seria petista por ser mais uma *ambientalista* vinda do Sudeste<sup>4</sup>, outros queriam saber em quem votaria, para situar minha posição acerca das causas regionais.

No ano anterior, em um almoço na fazenda do *pioneiro* sulista Fabio Lima, seu irmão Paulo Lima, um reconhecido sojicultor e pecuarista de Novo Progresso, perguntou a cada um em quem tínhamos votado nas eleições gerais de 2014. Fabio tinha votado em Dilma e sua esposa tinha votado em Aécio Neves, como Paulo. Tensa, menti que abstive meu voto. Paulo pareceu discordar mais de mim do que de seu irmão Fabio (que em 2018 votaria em Bolsonaro), pois mostrar a adesão a um lado lhe parecia melhor. Em seguida, Paulo me perguntou o que eu achava sobre a fiscalização ambiental na região.

Estava acostumada a responder perguntas frequentes como essa de forma vaga, por vezes retribuindo com outras perguntas. Fazia o mesmo quando, desde os trabalhos de campo em 2013, médios e grandes produtores rurais me interpelavam sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que recorrentemente elogiavam, em contraste com o governo Lula – o qual, como comentavam, seria mais apoiado pelos trabalhadores rurais na região. Ou quando repetiam uma retórica de inversão, pela qual acusavam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de grilagem e invasão da terra de outrem, ao defenderem-se de denúncias de grilagem de terras públicas – ainda que a grilagem fosse comprovada por meio de documentos ambientais e fundiários pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia que criticavam pela morosidade na regularização de suas pretensões fundiárias, inclusive quando eram evidentemente ilegais.

Frente a discursos como esses, poucas vezes simpatizei com interlocutores, especialmente os capitalizados e/ou os mais ávidos em demonstrar seu pertencimento à *sociedade progressense* ou ao *povo da região da BR-163* – identidades imaginadas a partir do modelo do colono *pioneiro* sulista, que tem por referenciais a masculinidade viril e branca (Lacerda,

---

4 Representantes locais faziam questão de me apresentar em público como pesquisadora do Rio de Janeiro, reiterando minha origem regional semelhante à de jornalistas, ambientalistas e fiscais que atuam na BR-163.

2023). Cientes de nossa distância social, moral e emocional, muitos interlocutores esperavam que eu tivesse empatia pelos seus *sofrimentos*, causados, em grande medida, pelo estigma de *bandidos*, disseminado com a instauração de uma governança na qual “el ‘ciudadano de bien’ se constituye en oposición al ‘bandido’.” (Martínez-Moreno, 2022, p. 285). Por vezes, pessoas que reivindicavam milhares de hectares em Unidades de Conservação (UCs) criadas entre 2005 e 2006 (demanda ilegal também pelo tamanho das áreas) expressaram seus *sofrimentos* por meio de narrativas de *injustiça* – evidenciada em episódios de *humilhação* e *covardias* –, gestos corporais, documentos, livros, jornais, revistas, mapas, desenhos e fotografias.

Dessa forma, buscavam me sensibilizar para sua causa, demonstrando as variadas dificuldades pelas quais passaram para ocuparem a Amazônia. Foi especialmente impactante para mim uma visita, em 2017, a Loureiro (paranaense) e Laura (mineira de nascença), autointitulados colonos agricultores sulistas, que me foram recomendados por terem *sofrido muito* com a criação, em 2006, da Floresta Nacional (Flona) do Jamaxim. Essa UC foi instituída com 1.301.120 hectares pelo governo Lula em 2006, em sobreposição à Reserva Garimpeira do Tapajós – criada em 1983 pelo governo militar para ser explorada por garimpeiros artesanais – e a pretensões fundiárias de centenas a milhares de hectares.

O casal se conheceu no Paraná. Os dois tinham quase 70 anos de idade e seis filhos – alguns trabalhavam em garimpos da região. Como em outras situações que passei com pessoas que reivindicam terra nessa UC, não foi fácil entrevistá-los. Conforme me contaram depois, tinham *medo* de conversar com pessoas de fora, porque as “ONGs querem tomar nossas terras”. Por isso, consultaram antes uma das principais lideranças da causa pela redução da UC. Além disso, eles me vigiaram, observando que eu andava com políticos que defendiam sua causa.

Conversei dois dias com o casal, que contou ter chegado na região em 1983 e que trabalharam com roça, como seus pais, em um pequeno sítio perto da BR. Em 2002, quando suas condições melhoraram, compraram um direito de posse – documento provisório, que não é válido como título de propriedade privada – de um amigo colono, que estava há 35 anos na área. Quatro anos depois, a Flona se sobrepôs a essa área, onde já tinham desmatado cerca de 330 hectares e plantaram capim para suas dezenas de cabeças de gado bovino.

Loureiro e Laura repetiram então a narrativa sobre *injustiças* a que eu já estava habituada, ao compartilharem sua memória familiar de *sofrimentos* na região, inclusive com fotografias e documentos de gado e de protocolo do Incra. Entretanto, ao fim da nossa primeira conversa, fui surpreendida quando enfim mencionaram o tamanho total de sua pretensão fundiária na UC: 7.200 hectares – tamanho não passível de regularização fundiária. Quando fiquei a sós com Laura, ela me relatou que seus pais eram muito pobres em Minas Gerais, onde trabalhavam em garimpos. Logo antes de nos despedirmos em frente ao prédio onde moravam na cidade, Laura começou a chorar, de soluçar, ao me mostrar as lojas vazias com placas de “aluga-se”: segundo ela, não conseguiriam mais alugar por causa da estagnação da cidade, causada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), repetindo

que *sofrem muito*. Reti a imagem daquele choro, que parecia sincero e espontâneo, após Laura comentar que sentia-se escutada por mim, alguém de fora. O casal se via como pequeno em comparação com grandes pecuaristas locais (que têm mais de mil cabeças de gado), mas defendia o seu direito a uma área igual ou maior à de grandes pecuaristas – área que esperavam poder explorar um dia, a depender de mudanças nas leis e na UC.

Outros, por seu turno, emocionavam-se ao lembrar como tinham enriquecido com exploração de madeira e ouro, mas empobreceram com as novas medidas ambientais. Os olhos de Souza, um madeireiro clandestino, enchiam-se de lágrimas quando, em 2017 e 2018, contou-me tudo o que tivera no auge da madeira no município: empresa madeireira com dezenove funcionários; casa própria; caminhonete; e uma mulher loira – signos de status, sobretudo para homens nordestinos como ele. Cabisbaixo, contou que perdeu tudo em 2016, quando sua madeireira (ilegal) pegou fogo e o Ibama destruiu seus maquinários. Costumava lembrar que amigos e a ex-mulher o deixaram quando perdeu tudo – com exceção de um amigo, cuja lealdade elogiava. Apesar das perdas e de não se dizer mais madeireiro como antes, continuava vendendo madeira nobre, inclusive oriunda de UCs – o que me contava com orgulho, mostrando fotografias da mata derrubada em seu celular, repetindo que esperava voltar a enriquecer. Apesar do Ibama, dizia que o Pará ainda era *terra de riqueza, de oportunidade: o pobre fica rico*.

O *sofrimento* de alguns, particularmente o de Laura, expresso em lágrimas, parecia-me mais sincero do que o de outros, cujas narrativas soavam mais arquitetadas como justificativa, isto é, tentativa improcedente de vitimização (Martínez-Moreno, 2022) daqueles que eram acusados de cometerem crimes ambientais e fundiários. Em outras palavras, alguns interlocutores, em especial os/as representantes de sindicatos e associações de produtores rurais, madeireiros e garimpeiros, pareciam menos emocionalmente sinceros – embora expressassem grande indignação, ao elencarem argumentações jurídicas a seu favor.

Havia ainda aqueles que apresentavam um teor cínico, defendendo, desavergonhadamente, o que me parecia indefensável, por violar leis e uma moralidade pautada na sustentabilidade ambiental e nos direitos humanos. Agamenon Menezes, sindicalista ruralista de Novo Progresso, com quem conversei principalmente em 2017 e 2018, é emblemático nesse sentido. Tanto que pesquisas e reportagens sobre ilegalidades na região costumam citá-lo por sua retórica cínica, como: “O Brasil é pobre porque não desmata”; “a sociedade sempre progride e a mudança é inevitável e benéfica [...] Vocês sentem falta de dinossauros?” (Torres; Branford, 2017). Em 2013, depois de tentativas de entrevistá-lo, seus funcionários me alertaram que ele não receberia ninguém de ONGs ambientalistas – afinal, apesar de eu ter me apresentado como pesquisadora, possuía uma aparência sudestina branca, comum aos ambientalistas. Quando finalmente me recebeu, mostrou desconfiança ainda por antropólogos, por terem feito o laudo de demarcação da Terra Indígena (TI) Baú, dos Kayapó, contra a qual seu sindicato lutou. Ademais, costumava criticar o governo Lula não só pelas políticas ambientais, mas por políticas pautadas em

diferenças sociais que favoreceriam, ao seu ver, os *trabalhadores, pequenos, índios e pretos*<sup>5</sup>.

Lideranças como Agamenon pareciam conscientes de sua fabricação instrumental de justificativas e de problemas sociais, de acordo com suas posições sociais, interesses e as correlações de poder em jogo. Todavia, o trabalho etnográfico me mostrou que o enquadramento cognitivo da realidade, as justificativas performáticas para determinados públicos e a sinceridade emocional imbricavam-se nas narrativas e na gestualidade corporal de interlocutores aparentemente mais ou menos sinceros. Assim, constatei que tais enquadramentos de problemas e justificativas compunham o que o *povo* compreendia ser o *conhecimento da realidade da região*, pelo qual se diferenciava de pessoas de fora, como eu.

De modo a explicitar e refletir sobre minhas próprias afetações em campo, relacionadas à essa percepção de sinceridade (Martínez-Moreno, 2022), distanciei-me da abordagem teórica clássica que prioriza o interesse e o poder como fatores explicativos das ações humanas, a qual, por vezes, reduz motivações a manipulações das elites (Lacerda, 2023). Busquei assim aprofundar questões morais que as constituem, bem como seus critérios de avaliação ética no domínio do ordinário, os quais possuem conexão inextrincável com as emoções (Lambek, 2010).

## MOBILIZAÇÕES COMUNITÁRIAS, CHOQUE MORAL E MEMÓRIA

Em termos de motivos morais para a ação, a sociologia pragmática oferece um bom ponto de partida para reavaliar aquilo que costuma ser reduzido como “justificativa” pelo conceito de justificação (Boltanski; Chiapello, 2009). Nesse sentido, meus interlocutores visavam proporcionar argumentos face a críticas (sobretudo de teor ambiental e fundiário) e sensibilizar pessoas com base em determinada noção de bem comum e de justiça. Constituíam assim justificações que fundamentam um espírito capitalista; mais especificadamente, do modelo de desenvolvimento neoeextrativista. Essas justificações buscavam atrair o apoio da opinião pública e de agentes estatais para suas causas, produzidas por concertações políticas em vários níveis, como mostrou Caio Pompeia (2020). Isso incluía a promoção do comprometimento de públicos distantes a agirem diante do seu sofrimento, via denúncia (Boltanski, 2004).

Apesar de levar em consideração a centralidade de sentimentos como sofrimento e injustiça, essa abordagem não aprofunda o que dá corpo às justificações morais, ao focar no

---

5 “O incentivo que Lula deu pro pessoal das diferenças foi impressionante, colocou preto contra brancos, pobre contra o rico. Pequeno produtor no governo do PT tem vantagem mostra, mas o fazendeiro é o cão do mundo.”. (entrevista gravada a Agamenon Menezes, 22 maio 2017).

“como” das motivações das mobilizações coletivas, e menos no “por quê”, no sentido de Jeff Goodwin, James Jasper e Francesca Polletta (2001). Essas questões me preocupavam desde 2013, quando me deparei com um protesto em Novo Progresso que reuniu agentes desiguais que apresentavam hostilidade entre si no cotidiano. Primeiramente, preocupada no “como” conseguiram reunir pautas diversas, passei a me atentar mais para o “por quê” do engajamento em mobilizações que transcenderam setores da população local e regional diretamente enredados no “espírito neoextrativista”, por vezes reunindo segmentos de pequenos agricultores (trabalhadores rurais) e indígenas, além das elites locais (Lacerda, 2022b, 2023).

Como argumentei em Lacerda (2023), há pouca teorização sobre mobilizações ambíguas e heterogêneas de caráter comunitário, em especial aquelas vinculadas a regionalizações e territorialidades, dirigidas ao Estado como interlocutor e/ou antagonista. Para além do campo teórico dos movimentos sociais, alguns trabalhos etnográficos notáveis apontaram a relevância do pertencimento comunitário na organização de ações coletivas. Por exemplo, Seyferth (1999) descreveu diferentes mobilizações de variados colonos imigrantes europeus em Santa Catarina no século XIX contra a administração da colônia em face da precariedade e arbitrariedades da implantação da política de colonização, a qual gerou crises e conflitos por terra.

As etnografias de Telma Bemerguy (2019) e Jeremy Campbell (2012), realizadas no Sudoeste do Pará, também fornecem caminhos nesse sentido. A primeira, com base nas noções de comunidades étnicas de Max Weber (1999) e de paixões políticas de Goodwin, Jasper e Polletta (2001), mostrou como grupos divergentes se mobilizaram pela emancipação do estado do Tapajós, que reuniu, de forma tensa, apoiadores e críticos do agronegócio ao ser construído pela “comunização” em torno de uma história, identidade regional e afetos comuns.

Já Campbell (2012) analisou alianças entre pequenos agricultores e grandes pecuaristas em mobilizações conjuntas na BR-163 paraense. Por um lado, afirma que esses engajamentos se deram pela vivência comum, entre práticas materiais e sonhos de desenvolvimento, das precariedades da rodovia eternamente inacabada, denunciadas como *abandono do governo*. Por outro lado, menciona que também foram movidas pelo rancor e ressentimento de colonos, por serem estigmatizados como destruidores da floresta amazônica ao protagonizarem o modelo de desenvolvimento da colonização e sua historicidade – que teria fracassado, segundo agentes estatais que promoveram as políticas de desenvolvimento sustentável de Lula<sup>6</sup>.

Como Lacerda (2022b) e Karina Tarca (2014) mostraram em suas etnografias realizadas na região, esse período de implementação das medidas do Plano BR-163 Sustentável foi lido pelos habitantes da região como início de uma *crise* que teria gerado a estagnação da BR-163 paraense, ao exigir título de propriedade privada para realização de atividades neoextrativistas e intensificar a fiscalização ambiental, com a presença de fiscais ambientais armados na região.

---

<sup>6</sup> A vivência da precariedade decorrente da incompletude da BR-163 foi analisada também por Bemerguy (2024). Para a questão da estigmatização como criminosos ambientais na região da BR-163, ver também: Tarca (2014).

No sentido da economia moral de Edward Thompson (1998), a *crise* criou um sentimento difuso de desrespeito às normas morais e legais, produzindo um relativo consenso social acerca da ilegitimidade da mudança das normas de apropriação privada da natureza e de terras públicas. Gerou ainda uma crise moral-existencial (Lacerda, 2022b), ao converter em vilões aqueles que imaginavam-se heróis por atenderem à missão de civilizar a Amazônia em nome da pátria – como mostrou Rosane Seluchinsk (2008), com base em entrevistas com colonos que ocuparam Mato Grosso nos anos 1970 e 1980, alguns dos quais lhe relataram conflitos com o Ibama.

Tendo iniciado minha pesquisa de campo em 2013 interessada nas histórias de ocupação da BR-163, me chamava a atenção que os relatos sobre o passado da colonização eram permeados de *sofrimentos*, *dificuldades* e *sacrifícios* (especialmente doenças como malária e hepatite, acidentes e mortes de parentes) que se estendiam, com novas tonalidades, ao presente da *repressão do governo*. Falavam do passado mencionando reiteradamente ao longo das entrevistas – em tom de raiva e ressentimento –, os *sofrimentos* no presente.

Os *sofrimentos* do passado encontravam-se mais cristalizados nos livros, revistas e entrevistas à imprensa até o momento da *crise* de meados dos anos 2000. Em publicações sobre a história de Novo Progresso, como os livros das pioneiras sulistas Gertrudes Oravec (2008) e Sara Schneider e Raquel Fortes (2011), *progressenses* retratavam seus *pioneiros* como *trabalhadores da pátria* que atenderam ao chamado de colonização pelo governo militar nos anos 1970. Valorizavam-se pela sua *coragem* no enfrentamento do *medo* de desbravar uma floresta temida como *sertão* – isto é, *sem lei e sem governo* –, onde foram *abandonados* pelo Exército nos anos 1980, quando este parou de fazer a manutenção da rodovia, deixando-os *humilhados*, em meio à poeira e lama, dificultando a produção agrícola e o acesso a serviços públicos básicos. No entanto, o *medo*, os *sofrimentos*, os *sacrifícios* e as *dificuldades* “não sufocaram a esperança e o desejo por uma vida melhor” (Schneider; Fortes, 2011, p. 64). Como apontaram os autores do livro *Sempre em frente*, que reuniu relatos de *pioneiros* da BR-163, o abandono do governo era constitutivo do “espírito pioneiro” dos colonos de seguir sempre em frente, com sonhos de progresso (Schumann *et al.*, 2015).

Nos livros, apesar de não omitirem desavenças com garimpeiros durante a colonização, essas tensões se diluíam em suas narrativas nostálgicas, transpassadas por referências cristãs centradas na comunhão entre sulistas e o pertencimento a uma história comum. Já nas entrevistas que fiz com Gertrudes e Sara em 2013, a nostalgia da *solidariedade* e *humildade* de *antes*, quando *todos se conheciam*, aparecia em contraste com o crescente distanciamento entre habitantes do município no presente. Isso foi agravado pela *crise*, quando cerca de metade dos habitantes (inclusive muitos *pioneiros*) foi embora, conforme me relatou Gertrudes.

O Plano BR-163 Sustentável, cujas primeiras medidas foram implementadas durante a escrita do livro de Sara Schneider e Raquel Fortes (2011, p. 87) “deixou a todos sem saber como agir”. A esse respeito, a *crise* incentivou a publicação de livros como o de Gertrudes e de Sara e

Raquel<sup>7</sup>. Na carta aos seus entrevistados – escrita em seguida as primeiras medidas do Plano –, Sara e Raquel justificavam a importância desses relatos ao constatarem que “a vida e a luta dos nossos pioneiros” estavam sendo esquecidas (Schneider; Fortes, 2011, p. 143).

No contexto das mobilizações coletivas que acompanhei em 2013, 2017 e 2018, os governos petistas eram lidos pela criação de um novo roteiro de desenvolvimento que pretendia esvaziar a Amazônia – expulsando colonos e deixando somente a natureza, segundo me diziam. O tão esperado asfalto, iniciado por Lula, acompanhou compensações ambientais, fundiárias e agrárias, as quais criminalizavam *progressenses* e os relegavam ao passado. Nesse sentido, é significativo que uma liderança de um povoado vizinho a Novo Progresso tenha provocado Campbell (2012, p. 16) dizendo que “hoje, nós somos os índios”. Isto é, ressentiam serem esquecidos e expulsos pela pavimentação da rodovia como os povos indígenas foram expulsos durante sua abertura pelo Exército nos anos 1970.

Dessa forma, no que tange à teoria das emoções, essa *crise* pode ser compreendida ainda pelo conceito de choque moral (Jasper, 2018), o qual associa cognição – como o enquadramento de políticas públicas ou leis como injustas –, moralidade e emoção. Como observou Coelho (2023) a partir de sociólogos que teorizaram as emoções, como Émile Durkheim, James Jasper e Jack Katz, a tríade cognição-moralidade-emoção, permite, além da produção de engajamento em ações coletivas, a totalização das representações de si e/ou do outro, ao desafiar valores que definem a identidade e sustentam a autoestima de quem se sentiu humilhado – e poderíamos acrescentar, ressentido-se por ter sido esquecido, violentado e injustiçado. Assim sendo, choques morais são propícios para a análise antropológica das dinâmicas emocionais, que implicam a articulação entre diferentes sentimentos (Coelho, 2010), podendo levar ao desejo de aniquilação do outro, caso se sintam reduzidos como pessoas por processos de totalização (Coelho, 2023).

Para este caso, interessam sobretudo as totalizações essencializadoras, produzidas no conflito com agentes estatais responsáveis pela implementação e fiscalização das políticas públicas. De forma análoga ao caso analisado por Michael Herzfeld (1995), acerca dos gregos “ladrões” reconhecidos por praticarem ilegalidades, apesar do tom subversivo e ressentido dos discursos dos *progressenses* em face de seu estereótipo de *bandidos*, são simbióticos com a lógica identitária em um Estado Nação como o Brasil. Afinal, nossa memória nacional é calcada em heróis como os bandeirantes – imortalizados em estátuas, nomes de rua, livros oficiais de história do Brasil – por abrirem (violentamente) nossas “fronteiras” (Velho, 2009).

Nos termos de Pablo González Casanova (2007), essa memória é fruto do colonialismo interno, enquanto fenômeno econômico, político, social e cultural. Como mostrou Seyferth (1992) acerca de colonos imigrantes do Sul – que posteriormente subiriam a BR-163 para

---

7 O livro de Gertrudes Oravec (2008), “Saga dos Pioneiros do Pará”, registrou relatos de famílias *pioneiras* de 1989 a 1994. O livro de Sara Schneider e Raquel Fortes (2011), “História de Novo Progresso”, é baseado em entrevistas a *pioneiros* (inclusive Gertrudes) realizadas em 2005.

colonizar o Cerrado e a Amazônia –, a memória do deslocamento populacional europeu pela política nacional de imigração e branqueamento no Brasil, nos séculos XIX e XX, foram fundantes desse colonialismo interno e das histórias familiares de sulistas sobre ciclos pioneiros de migração de seus antepassados para locais ermos. A religião cristã era central para essa “sociedade de capela” dos colonos, tanto no passado no Sul (Seyferth, 1990), quanto ao norte da BR-163, em Mato Grosso (Almeida, 2021). Era constitutiva do propósito compartilhado por planejadores estatais e colonos sulistas – alvo do poder disciplinador que os selecionava com referência ao colono-modelo “tecnicamente moderno e politicamente conformista” – de fundação de comunidades em novas terras (Tavares dos Santos, 1991).

Nesse sentido, Antonio Carlos de Souza Lima (1995) retomou o conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2008) para analisar como o processo de conquista e colonização de novas “fronteiras” (externas e internas) produz o sentimento de pertencimento à pátria a partir da criação de unidades administrativas. “Fronteiras” essas que, como lembrou Souza Lima sobre a obra de Otávio Velho (2009, p. 7), conferem uma “posição privilegiada” para analisar o desenvolvimento brasileiro. De acordo com Ricardo Brito (2022, p. 120), projetos de colonização, como aqueles lançados pela ditadura empresarial-militar no Brasil, planejaram a construção de comunidades semelhantes à conceituação de Weber (1999) de “comunidade”: fundamentada no pertencimento afetivo, subjetivo e tradicional a um grupo, não afetada pelos males da modernidade e dos conflitos sociais.

Portanto, seguindo a argumentação de Herzfeld (2005), comunidades face-a-face como Novo Progresso (nas quais, a princípio, *todos se conheciam*), aparentemente marginais em termos do Estado-nação, foram em grande medida arquitetadas pelo Estado e são fontes dos modelos do nacionalismo analisado pelo autor de *Comunidades Imaginadas*. De modo complementar à perspectiva “top-down” de Anderson, Herzfeld (2005) defende uma abordagem antropológica de comunidades imaginadas, fundamentadas em imagens de intimidade (que envolvem corpo, família e parentesco), as quais conferem especificidade cultural a cada sentimento de pertencimento a entidades amplas, que podem ser municípios e regiões. Como lembra, comunidades imaginadas oferecem um meio de conversão de mortes – *sacrifícios* em nome da família, comunidade e nação – em uma imortalidade compartilhada.

## NOSTALGIA, RESSENTIMENTOS, COVARDIAS E HUMILHAÇÕES

Apesar de não serem implantadas em sua totalidade, as medidas do Plano BR-163 Sustentável impactaram a grilagem de terras, a exploração de madeira, a garimpagem de ouro, a pecuária e a expansão de grãos como a soja. Logo, significaram um choque moral por ferirem

o que habitantes concebiam ser os códigos de conduta ou sistemas de valores elaborados pelos supostos primeiros ocupantes (colonos e garimpeiros) no que concebiam ser uma *terra sem lei e sem governo*, para manterem a ordem social. Esses códigos de conduta prescreviam deveres e direitos com relação à apropriação de recursos naturais (floresta, minérios e terra), bem como sanções – como assassinato e expulsão – caso as normas fossem transgredidas.

Portanto, medidas do Plano BR-163 Sustentável foram ressentidas como *repressões, humilhações e covardias* (hiperbolizadas como *terrorismo*) por limitarem a liberdade constitutiva do mito do pioneirismo e da terra liberta, que caracterizaram a “fronteira” como local a ser colonizado. Particularmente, a liberdade de enriquecimento pelo esforço pessoal, bem como a ausência da prévia formalização jurídica da propriedade (Musumeci, 1988). Nos termos de Herzfeld (1995), produziram ressentimentos coletivos entre aqueles que se reconheciam mutuamente por valorizarem determinados desvios da lei.

Dessa forma, esses ressentimentos pós-*crise* reuniram diferentes sofrimentos vivenciados por trajetórias de vida diversas, reformulando a memória coletiva dos *progressenses*. Os garimpeiros, até então praticamente esquecidos em monumentos e publicações sobre a história da região – cuja produção era monopolizada por sulistas –, passaram a figurar em novas publicações e estátuas como *pioneiros* que também passaram a *sofrer* com a *repressão do governo* (Lacerda, 2023). Nessa direção, o *pioneiro* Loureiro, que em sua entrevista tinha ressaltado o pioneirismo de colonos sulistas como ele, depois, apresentou-me a seus vizinhos de terra na Flona do Jamanxim que, *coitados, sofrem muito*: Bento (paraense) e Cissa (nordestina), casal que também reivindica uma área nessa UC. Bento não se dizia mais garimpeiro por causa das leis ambientais, mas continuava garimpando. Em sua casa de madeira na cidade de Novo Progresso, o casal me contou como foi *injustiçado* em uma operação do Ibama no ano anterior:

Bento: Chegaram lá [Ibama] e eu não tava. E o maquinário tava todo parado [havia quinze dias], eu **tenho toda documentação** da minha área.

Pesquisadora: Documentação você diz o que?

Bento: Protocolo de garimpo, de subsolo... [...]. Eles cancelaram meu documento lá pra poder [implantar a Flona do Jamanxim], a gente ficou proibido de trabalhar na mineração. [...]. **Tamos esperando resolver** o que eles [governo federal] tão querendo resolver pra ver se vamos poder ficar lá [na UC].

Cissa: E o pessoal tá **sofrendo** com essa **repressão do governo** aí...

Bento: Porque **nós tamos lá desde 1981**. [...]. Nunca foi um [fiscal] pra falar assim ‘vocês têm que sair daqui, vocês não podem trabalhar aqui’. Não, nunca foi, no dia que foi, saíram **queimando**. Além de fazer a coisa errada, ainda queriam me trazer preso. Eu disse, ‘pode me levar, quando chegar na rua **vão ter que me soltar, porque não sou bandido não**’. [...] Me deram um prejuízo de 300.000 reais, queimaram o trator de um amigo meu lá, tava parado [...]. E nas minhas máquinas foi um **prejuízo de 300.000 reais**. [...] **Sofremos muito**, porque tiramos nossa **sobrevivência** disso. [...] Nós não têm nenhum funcionário, porque as coisas ficaram difíceis [...] Aqui é uma região que, se você atrasar um mês, dois meses, **o funcionário já te bota na justiça** [...] (entrevista gravada, 13 jun. 2017, Novo Progresso, grifo nosso).

Como é possível observar, as narrativas daqueles que me eram recomendados para relatar seu sofrimento em decorrência das UCs e da fiscalização ambiental, falavam reiteradamente em *sobrevivência, trabalho e sustento* para justificarem a necessidade de manterem suas atividades – pausadas em momentos de fiscalização, quando o maquinário ou funcionários paravam temporariamente o trabalho. Porém, não raro, comentavam que suas pretensões fundiárias teriam mais de 1.250 hectares – o que excedia o máximo permitido para regularização fundiária naquele momento –, reclamavam de direitos trabalhistas e relatavam perdas de centenas de milhares de reais por operações de fiscalização, dados que revelam não se tratar de *pequenos* garimpeiros, madeireiros ou produtores rurais.

É digno de nota que, por outras redes de recomendações, conversei com *pequenos* produtores e trabalhadores que relataram ter sofrido *injustiças* de fiscais ambientais, como multas por desmatamentos e incêndios que, na realidade, foram provocados por grandes produtores e madeireiros (Lacerda, 2022a). Essas histórias dos *pequenos* – com os quais eu simpatizava – eram usadas como exemplos das *injustiças* dos fiscais em discursos de representantes da região. Contudo, representantes me recomendavam conversar sobretudo com outras lideranças e *grandes* produtores rurais – provavelmente porque *pequenos* agricultores, mesmo que criticassem os fiscais e responsabilizassem o governo federal pelos problemas da região, poderiam revelar o protagonismo dos *grandes* em crimes ambientais e fundiários.

Principalmente os representantes ruralistas, madeireiros e garimpeiros estendiam indiscriminadamente para toda a *sociedade* as *injustiças* presentes na fiscalização e nas leis, que atingiam de forma desigual *pequenos* e *grandes*, como os próprios fiscais costumavam reconhecer. Assim, *pequenos* e *grandes* eram equiparados pelo pertencimento a um mesmo conjunto que seria perseguido pelo governo federal.

No convívio conflituoso com fiscais ambientais (principalmente do Ibama), habitantes da BR-163 paraense, em sua desigualdade e diversidade de ocupações, passaram a compartilhar com as autoridades uma intimidade cultural (Herzfeld, 2005). Quando falavam do seu cotidiano de trabalho, tanto fiscais quanto o *povo da região* – produtores rurais, garimpeiros, madeireiros, trabalhadores e seus representantes – referiam-se às suas relações recíprocas como *jogo, brincadeira* ou *briga de gato e rato*.

O *jogo de gato e rato* tratava de uma dinâmica cotidiana com o *governo* que permeava, supostamente, toda a *sociedade* ou o *povo*, sendo produto da mútua essencialização entre fiscais e fiscalizados. Nessas narrativas, o *governo* aparecia em suas personificações plurais, hierarquizadas e por vezes contraditórias, no papel de fiscalização das leis e administração de políticas públicas. Cabia ao *povo* fugir e se esconder dos fiscais. Essa era uma vivência partilhada por agentes heterogêneos e desiguais que praticavam atividades sabidamente ilegais: grilagem, desmatamento, lavagem de boi, ouro e madeira (Lacerda, 2023).

A prática mais criticada pelos *progressenses*, em termos das *humilhações* e *covardias* do *governo*, era a apreensão e queima de seus meios de trabalho e de produção, como caminhões,

tratores e retroescavadeiras – caso relatado por Bento. Representantes costumavam citar o Decreto nº 6.514/2008 como um de seus principais problemas, pois fiscais ambientais o usavam como embasamento legal ao optarem por destruir os objetos da infração. Contudo, autoridades e o *povo* concordavam que a destruição do maquinário não impedia a continuidade dos crimes por empresários, pois, em cerca de um ano, os mesmos infratores compravam novas máquinas. Em uma das sessões ordinárias da Câmara dos Vereadores de Novo Progresso, as quais eu acompanhava, um vereador garimpeiro disse que, apesar das operações de fiscalização ambiental na Flona do Jamanxim, ele iria continuar trabalhando: “vai ser gato e rato: eles quebram a máquina e a gente compra outra” (13 jun. 2017).

Quase um mês após essa fala do vereador, moradores de um povoado próximo queimaram caminhões-cegonha que transportavam novas viaturas do Ibama para sua unidade de Novo Progresso. Nenhum representante se responsabilizou pela ação, que passou a ser investigada como atentado à autarquia pela Polícia Federal. O rumor de que queimariam viaturas da autarquia ambiental circulava há semanas em conversas pela cidade e nas mídias sociais, em postagens nas quais *progressenses* brincaram e manifestaram apoio ao incêndio. Como dizia uma imagem que justapunha a queima efetuada pelos fiscais a maquinários com a queima da cegonha: “toda ação tem uma reação”. Essa interpretação era disputada por outra, encabeçada por lideranças como Agamenon Menezes, para quem a queima da cegonha teria sido realizada pelo próprio Ibama, com o objetivo de culpar a população para intensificar a fiscalização ambiental na região. O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, respondeu à situação:

[...] quem cometeu a ação [talvez] tenha interpretado que os novos carros estavam sendo enviados para intensificar ações na região. ‘Era só para trocar os antigos. **Mas agora sim eu vou intensificar as operações lá.** Foi um atentado contra o Estado e não vamos aceitar isso. Vamos dobrar o efetivo na região. Eles deram um tiro n’água’, disse (Piran, 8 jul. 2017, grifo nosso).

Enquanto a população da BR-163 *reagiria* frente a práticas *terroristas* do Ibama, interpretavam como *retaliação* essa ameaça de intensificação da fiscalização quando obtinham vitórias. Assim, viam-se em um *jogo de gato e rato* em que os fiscais *retaliavam* para manterem seus interesses pessoais travestidos de interesses públicos/ambientais, ao passo em que o *povo* se mobilizava em *revoltas* e *reagia* frente a *humilhações*, *covardias* e *terrorismo*. A denúncia de *covardia* se dirigia a ações de fiscais que usavam sua força e recursos (inclusive armas) de modo desproporcional para *humilhar o povo*, inferiorizá-lo enquanto *bandido* e tirar dele suas condições de *sobrevivência* e *trabalho*. Sob essa perspectiva, contrastavam as *covardias* do governo com a *passividade*, *paciência* e *tranquilidade* do povo.

Nesse sentido, o conceito de *ressentiment* de Friederich Nietzsche, analisado por Didier Fassin (2013) contribui para pensar a lógica vingativa do *jogo de gato e rato*, em que *reagem* a *covardias* e *retaliações* de seu adversário moral, contra quem nutrem ódio: os *ambientalistas*. A *reação* indica sua posição dominada diante dos dominantes, cuja autoridade ressentem.

Contudo, as dinâmicas emocionais vinculadas a esses ressentimentos coletivos eram alvo cotidiano de debate ético entre *progressenses*, acerca dos limites e modos de lidar com a *raiva* e *revolta* (Lacerda, 2022b). Parte das lideranças defendia que seria melhor dialogar com o governo, persuadi-lo com base no *conhecimento da realidade da região*, e não por *reações* que provocariam *retaliações*. Porém, acima disso, prevalecia o entendimento de que, em última instância, o culpado por crimes e ações coletivas violentas, como a queima da cegonha, seria o governo federal, pelo seu caráter *injusto*, *repressor* e *covarde* na gestão da questão ambiental. Logo, nesses casos, o conceito de *resentment* de Adam Smith (Fassin, 2013) pode elucidar como, apesar do ressentimento coletivo ser legítimo para a população, para alguns deve ser disciplinado, não significando necessariamente a adesão a ações de retribuição vingativa.

## A ESPERANÇA DO RETORNO DO MITO

No primeiro turno das eleições gerais de 2022, Novo Progresso ficou em quarto no ranking bolsonarista nacional, com 79,60% dos votos dos progressenses, junto de cidades do Sul do país (Piran, 2022f). No dia 2 de outubro, essa adesão massiva de Novo Progresso manifestou-se em uma enorme bandeira do Brasil estendida por duas escavadeiras na BR-163, em frente ao centro da sede municipal. No entorno, dezenas de pick-ups e veículos de passeio brancos, bem como caminhonetes e caminhões, sinalizavam a concentração de eleitores de Bolsonaro (Piran, 2022a). Naquele período, dezenas de pecuaristas, sojicultores e empresários prestigiados de Novo Progresso – muitos reconhecidos *pioneiros* sulistas –, estavam arrecadando milhares de reais para a campanha eleitoral de Bolsonaro (Piran, 2022a).

No segundo turno, Novo Progresso foi o nono município do Brasil que mais apoiou Bolsonaro, com 82,92% de eleitores e figurou no ranking ao lado de cidades do Sul do país. Assim que foi divulgado o resultado das eleições, foram compartilhados vídeos de bloqueios da BR-163 nas mídias sociais e na imprensa local, sobretudo pelo Folha do Progresso, cujo dono é da família sulista Piran, reconhecida como *pioneira* (Piran, 2022b).

Dessa forma, Novo Progresso se somou à mobilização nacional autointitulada de *movimento patriota*, que realizou dezenas de bloqueios de estradas pelo Brasil contra a vitória de Lula. Essa expressão foi bastante empregada nas mídias sociais como identidade comum dos *patriotas revoltados* com a suposta fraude nas urnas eletrônicas<sup>8</sup>. Segundo a Folha de São Paulo (Fonseca; Pitombo, 2022) e o De Olho nos Ruralistas (Fialho *et al.*, 2023) os bloqueios

---

<sup>8</sup> Segundo Alonso (2023), o estilo de ativismo patriota teve raízes históricas à esquerda e à direita, fortalecendo-se nos anos 2000 com o exemplo do Tea Party nos Estados Unidos. A tradição patriota ocupou as ruas do Brasil desde os anos 1960, com as passeatas da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

de rodovia foram mais recorrentes em Mato Grosso (no eixo da BR-163), Santa Catarina e Rondônia – regiões imaginadas a partir do pioneirismo sulista<sup>9</sup>.

Inicialmente, membros da Polícia Militar (PM) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) se mostraram simpáticos ao movimento dos extremistas na BR-163 paraense. No dia primeiro de novembro, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou que a PRF e as PMs desobstruíssem as rodovias. Do ponto de vista dos extremistas na região da BR-163, a determinação do STF significou a necessidade de acordos (para liberarem a BR) ou de *resistência e revolta*, o que significava confrontar agentes da PM e PRF. Naquele dia, manifestantes impediram a passagem da PRF e anunciaram nas mídias sociais “Precisamos resistir agora ou aceitar o Lula como presidente. Vem pro movimento”, conforme divulgou o *pioneiro* Piran (2022c).

No dia 7 de novembro, o clima tenso com as forças policiais federais e estaduais chegou ao seu ápice quando a PRF foi atacada e se viu obrigada a recuar temporariamente. A PRF emitiu nota explicando que tentaram o diálogo com manifestantes para a liberação da rodovia. Mas com a “resistência” de manifestantes, os quais escalaram as agressões contra policiais, com tiros, rojões, pedras e outros objetos, a PRF se viu forçada a recuar. A nota narra ainda que: “Durante o confronto, uma criança passou mal, foi socorrida pelos policiais rodoviários federais e levada ao pronto atendimento, onde recebeu alta hospitalar.” (PRF, 2022). Um jornal de Belém publicou naquele dia um vídeo do superintendente da PRF no Pará, em que pedia aos moradores da região para pararem de usar mulheres e crianças como “escudo” e anunciava o uso da tropa de choque para liberar a BR-163 (Vídeo PRF, 2022).

O episódio da criança foi repetido em várias reportagens locais, estaduais e nacionais. Segundo o jornalista local Piran (2022d), isso gerou a informação falsa de que os policiais teriam matado uma criança, o que *revoltou* manifestantes que avançaram sobre a PRF, depredando suas viaturas e forçando sua retirada. No dia anterior, esse jornal havia afirmado que o *movimento* seria *pacífico*: “tinha crianças, e tiveram apoio de um grupo de indígenas Kaiapo” (Piran, 2022e). Os Kayapó, que habitam a TI Baú, próxima ao município, costumavam ser citados como prova da legitimidade dos atos promovidos por *progressenses* (Lacerda, 2023). Assim, buscavam reafirmar sua autoimagem como *pacíficos* diante de ações caracterizadas como violentas pela imprensa regional, estadual e nacional.

Segundo jornal de um município vizinho: “de acordo com os manifestantes, os policiais praticaram abuso de autoridade, e a ação deixou vários feridos, inclusive crianças.” (Freitas, 2022). Nessa reportagem, foi divulgado uma montagem de vídeos, na qual um manifestante grita orgulhoso diante das viaturas da PRF correndo: “Fugiram! Arregaram! Olha a população, aqui é Novo Progresso! Aqui é Novo Progresso! Vão embora!”. Outra manifestante fala que a PRF estaria agindo com *covardia*, tratando-os *como se fossem bandidos*, mas *não são bandidos*.

---

9 Sobre o pioneirismo nessas regiões, ver: Almeida (2021), Cordeiro (2018) e Marques (2013).

A denúncia de *abuso de autoridade* da PRF foi repetida em nota da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Novo Progresso (Piran, 2022d). O jornal paraense O Liberal reproduziu o ponto de vista dos manifestantes:

‘Fábio [...] afirma que a desobstrução da BR-163 estava em andamento, quando os agentes [da PRF] teriam agido já com o uso de ‘gás lacrimogênio, spray de pimenta e bala de borracha em crianças, idosos e mulheres’. ‘Isso é **covardia**. Isso foi uma **ação criminosa**’, completou. [...]. ‘A gente não estava na manifestação para brigar e ninguém estava lá para entrar em conflito, principalmente com a polícia. **Nós não somos bandidos. Porém, a polícia desrespeitou crianças, mulheres e idosos, e isso é inaceitável** [...]. Por isso, **revidamos** e muitos saíram machucado, porém a gente só estava lutando pelos direitos [...]’ (Confronto, 2022; grifo nosso).

Em seguida ao confronto do dia 7 de novembro, os bloqueios na BR foram desfeitos. Segundo o MPF, esse ato golpista “se assemelha a terrorismo”, visto que resultou em “tentativa de homicídio de agentes públicos no exercício da função” (Sassine, 2022). Em 8 de janeiro de 2023, após a posse de Lula, golpistas atacaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, entre eles *patriotas* de Novo Progresso, como donos de uma madeireira e um foragido por assassinato (Revelado, 2023). Naquele dia, *progressenses* voltaram a bloquear a BR-163 em Novo Progresso e povoados próximos, mas os bloqueios foram desfeitos pela PRF.

A radicalidade dos protestos do *movimento patriota* de 2022 e 2023, ainda que surpreendesse até quem já conhecia Novo Progresso, atualizou o *jogo de gato e rato* em um contexto político nacional radicalizado por Bolsonaro. Por isso ganhou repercussão na imprensa regional a acusação de que a ação da PRF teria sido caracterizada pelo *abuso, desrespeito e covardia* – o que costumava justificar *reações e revoltas*. De forma semelhante às práticas violentas de militantes extremistas Sikh contra o governo indiano nos anos 1980, analisadas por Veena Das (1995), os atos antidemocráticos de *patriotas* foram reenquadrados como atos cometidos em defesa de suas comunidades imaginadas ao disputarem, a nível nacional, o controle sobre a lei, o uso legítimo da violência e a história.

Em trabalho de campo em 2017 constatee a multiplicação de adesivos em carros em apoio a Bolsonaro, então deputado federal que mostrava apoio às causas do *povo da BR-163*, como a flexibilização da Flona do Jamanxim. Na campanha eleitoral de 2018, *progressenses* cantavam pelas ruas “o mito chegou e o Brasil acordou”. Em 2022, não conseguiram aceitar o fim do governo federal que, enfim, parecia representar o *povo da BR-163*, por realimentar nostalgias coloniais e esperanças não só da conclusão do asfalto, mas da liberdade constitutiva do mito de origem da colonização e de suas promessas de enriquecimento<sup>10</sup>.

Como o casal de colonos sulistas Loureiro e Laura me contou em 2017, apesar de terem

10 Bemerguy (2024, p. 360) mostrou como Jair Bolsonaro se apropriou política e simbolicamente da conclusão da pavimentação da BR-163 – produzindo uma continuidade com os presidentes militares da Ditadura –, apesar dos governos de Lula e Dilma Rousseff terem iniciado e avançado com a maior parte da obra.

vontade de desistir da sua pretensão fundiária na Flona do Jamanxim frente às dificuldades desde a colonização, não poderiam voltar para o Paraná, porque investiram tudo o que tinham na terra. Além disso, mantinham a *esperança de sair o asfalto da BR-163 e esperavam* uma vitória referente à desintrusão de sua terra na UC para que seus bisnetos pudessem usufruí-la no futuro e nutrir uma boa imagem de seus bisavós, hoje vistos como *bandidos*.

De forma próxima ao observado na análise do bolsonarismo de Letícia Cesarino (2022, p. 174), Bolsonaro emergiu para grande parte dos habitantes de Novo Progresso “como agência antiestrutural única capaz de regenerar, com seus poderes excepcionais, um sistema visto como irreversivelmente corrompido” (Cesarino, 2022, p. 174). Como argumenta, essa dimensão antiestrutural se alimenta dos sentimentos de abandono e frustração e se articula em torno do afeto do ressentimento, que “prolifera em contextos de crise” ao expressar “percepções de injustiça” (Cesarino, 2022, p. 173), atravessando múltiplos segmentos sociais. Com isso, o ressentimento conecta tanto o ódio pelo inimigo comum quanto o amor pela pátria, amor a Deus, a esperança e determinadas expectativas de futuro.

Consoante a “nostalgia estrutural” de Herzfeld (2005), os *patriotas da BR-163* projetavam no futuro a restauração da reciprocidade harmônica perdida, ou sob perigo de desaparecer. Isto é, a refundação de comunidades através do trabalho por famílias incentivadas, porém não reguladas (ou pouco reguladas) pelo governo e pela lei. Essa nostalgia referia-se a um futuro prometido, mas nunca realizado, da modernidade (Piot, 2010 *apud* Campbell, 2015, p. 11), expressa pela luta de retomar sonhos e expectativas ainda não alcançados.

Orientados por crenças cristãs, seus ressentimentos nostálgicos também moviam a esperança de restaurar o mundo segundo narrativas de origem que remontavam o mito da Queda, “trauma inicial que explicaria tudo” (Lambek, Antze, 2016, p. 18). Como me disse um colono sulista que havia sido *pioneiro* em cidades mato-grossenses da BR-163 e reivindicava uma terra na Flona do Jamanxim, a qual ocupou nos anos 2000:

Deus quando criou o mundo, que o homem caiu em pecado, **Deus expulsou do Jardim do Éden** e determinou que o homem usasse a terra pra sobreviver. [...] Disse pra Eva ‘oh, tu darás luz com dor e você, Adão, viverá do suor do teu rosto, lavrando da terra pra sobreviver’. Quer dizer, **a terra é nossa pra trabalhar** (entrevista gravada, 1 nov. 2013; grifos nossos).

Para *patriotas da BR*, a esperança era a energia que mantinha todos e tudo em movimento pela conservação desse mundo que já teria existido (Zigon, 2018, p. 72-73). *Pioneiros*, enquanto modelo da *sociedade*, seguiam sempre para frente, para esse futuro imaginado a partir dos ciclos de colonização de seus antepassados com: “coragem pra batalhar pra frente [...] com espírito de luta e batalha, trabalho sério e continuidade, esperança que [o] melhor aconteça”, nas palavras de um sulista que chegou na região em 1978 (Schneider; Fortes, 2011, p. 89).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repetição do mote de que manifestantes da região seriam *pacíficos – somos trabalhadores e não bandidos* – sintetiza um dos preceitos-chave do colono-modelo da política de colonização da BR-163. Diante das sucessivas demonstrações do caráter violento e terrorista dos habitantes da região, elaboravam justificações pelas quais invertiam a versão de agentes estatais, como a da PRF em 2022, acerca do que é violência ou crime. A *briga de gato e rato* reiterava que o primeiro perseguiria o segundo, forçando-o a *reagir* e se *revoltar* em legítima defesa. Essas justificações não se davam somente no plano argumentativo, eram sentidas cotidianamente pelos manifestantes e habitantes que se identificavam como *sociedade, povo e/ou patriotas*, pelo pertencimento a comunidades imaginadas.

A memória social construída a partir de uma situação vivenciada como *crise* ameaçou a esperança de progresso, reelaborou sentimentos como *medo, coragem, humildade e esperança dos pioneiros* a partir da *injustiça de abandonos, humilhações e covardias* da lei e do governo federal. Seus ressentimentos coletivos se dirigiam a variadas ameaças das autoridades estatais *covardes* que representavam o *abandono do governo* e, desde a *crise*, a humilhação da lei.

Essas dinâmicas emocionais incorporadas dramatizaram hierarquias sociais – no caso aqui exposto, da relação entre *sociedade/povo* e autoridades estatais, mas também internamente à *sociedade*, permeada por marcadores sociais, como *pequenos e grandes*. Com isso, foram bem-sucedidas em valorizar socialmente essencializações que produziam *humilhações*, revertendo a vergonha de serem *bandidos* pelo orgulho de se afirmarem heróis *patriotas*, ao ponto de canalizarem diferentes ressentimentos diante de precariedades e injustiças. Assim, a nostalgia estrutural produziu ressentimentos coletivos contra a ambientalização das políticas públicas e das regulamentações jurídicas, embora os conflitos ultrapassassem a questão ambiental. Logo, as dinâmicas emocionais, entretidas por ressentimentos nostálgicos em torno do imaginário da conquista dos *pioneiros*, motivaram a crescente adesão à extrema-direita via Jair Bolsonaro – com quem compartilham a historicidade da conquista –, bem como a confrontos políticos violentos contra normas e políticas públicas de regulamentação ambiental e de redistribuição de terras públicas.

Longe de pretender humanizar fascistas (Pinheiro-Machado; Scalco, 2021), a presente análise buscou compreender por que autointitulados *patriotas* se engajaram em ações contra o Estado Democrático de Direito, tendo como pressuposto teórico, metodológico e político que acreditam no que dizem e fazem – distanciando-se de explicações de manipulação ou coerção. Portanto, emoções referidas a confrontos políticos violentos permitem a apreensão crítica de processos de dominação, subjetivação e de (re)produção de hierarquias sociais. Ao lado disso, são ferramentas analíticas proficuas para a reflexividade antropológica acerca de nossos “outros” (Coelho, 2023), por quem não nutrimos simpatia ou empatia, o que pode afetar nossa

expressão e percepção mútua de sinceridade (Martínez-Moreno, 2022).

## REFERÊNCIAS

1. ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. *In*: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (org.). **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.
2. ALMEIDA, Luciana Schleder. Significados locais da colonização interna no norte mato-grossense. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 23, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6375>. Acesso em: 1 out. 2024.
3. ALONSO, Angela. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
4. ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
5. BEMERGUY, Telma de Sousa. Notas sobre a feitura de um novo Estado na Amazônia Paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós. **Amazônica**, Belém, v. 11, n. 2, p. 771-800, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6153/0> Acesso em: 1 out. 2024.
6. BEMERGUY, Telma de Sousa. **Estradas da conquista e caminhos da raça: a durabilidade da presença colonial na Amazônia brasileira**. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
7. BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering: Morality, Media and Politics**. Tradução: Graham Burchell. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
8. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
9. BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **Controle da terra e das populações**. A política de colonização da ditadura empresarial-militar. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022.
10. CAMPBELL, Jeremy Michael. Between the Material and the Figural Road: The Incompleteness of Colonial Geographies in Amazonia. **Mobilities**, Abingdon, v. 7, n. 4, p. 481-500, set. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17450101.2012.718429>. Acesso em: 1 out. 2024.
11. CESARINO, Leticia. Bolsonaroismo sem Bolsonaro? Públicos antiestruturais na nova fronteira cibernética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São

- Paulo, n. 82, p. 162-188, ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/y6qTbRS7TLsqnRFsFgfQfvD/>. Acesso em: 1 out. 2024.
12. COELHO, Maria Claudia. Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. **Mana**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 268-285, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/VqyC83wMK9HFPLFVLfHH5Vk/>. Acesso em: 1 out. 2024.
  13. COELHO, Maria Claudia. Sobre petralhas, bolsominions e isentões: a dimensão moral dos conflitos políticos. In: WERNECK, Alexandre; FERREIRA, Letícia (org.). **Questões de moral, moral em questão: estudos de sociologia e antropologia das moralidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023. p. 222-245.
  14. COELHO, Maria Claudia; BELELI, Iara. Apresentação – Um Leque de Temáticas, um Arco de Sentimentos: subjetividade, emoções e políticas públicas. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/VfL7vwXSQszvbNRS8wrK5Hy/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2024.
  15. CONFRONTO em Novo Progresso: manifestantes contestam versão da PRF e dizem que apenas revidaram. **O Liberal**, Belém, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/confronto-em-novo-progresso-manifestantes-contestam-versao-da-prf-e-dizem-que-apenas-revidaram-1.610051>. Acesso em: 10 dez. 2022.
  16. CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. Pioneiros, fundadores e aventureiros – a ocupação de terras em Rondônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/145519>. Acesso em: 1 out. 2024.
  17. DAS, Veena. **Critical events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
  18. DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; GADELHA, Kaciano; RANGEL, Everton. Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 10-29, set. 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/8898>. Acesso em: 1 out. 2024.
  19. FASSIN, Didier. On Resentment and *Ressentiment*. The Politics and Ethics of Moral Emotions. **Current Anthropology**, Chicago, v. 54, n. 3, p. 249-267, jun. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/670390>. Acesso em: 1 out. 2024.
  20. FIALHO, Bernardo; BASSI, Bruno Stankevicius; INDRIUNAS, Luís; RAMOS, Mariana Franco; PITTELKOW, Nanci (org.). **As Origens Agrárias do Terror: do Golpe de 1964 ao 8 de janeiro de 2023, entenda como fazendeiros atuam contra a democracia**. São Paulo: De Olho nos Ruralistas, 2023.
  21. FONSECA, Caue; PITOMBO, João Pedro. Violência escala em atos antidemocráticos, e autoridades apuram terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/violencia-escala-em-atos-antidemocraticos-e-autoridades-apuram-terrorismo.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2022.

22. FREITAS, Adrielly. Manifestantes entram em confronto com a PRF em Novo Progresso. **Giro Portal**, Itaituba, 7 nov. 2022. Disponível em: [https://www.giroportal.com.br/noticias/11168-manifestantes-entram-em-confronto-com-a-prf-em-novo-progresso?fbclid=IwAR1JVbIrDbDMtNi9LTgy4YeggYuNSU7yRFIEYBA65g8UEub9L3GK0Cp\\_Nqk](https://www.giroportal.com.br/noticias/11168-manifestantes-entram-em-confronto-com-a-prf-em-novo-progresso?fbclid=IwAR1JVbIrDbDMtNi9LTgy4YeggYuNSU7yRFIEYBA65g8UEub9L3GK0Cp_Nqk). Acesso em: 10 dez. 2022.
23. GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atilio Alberto; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458.
24. GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca (org.). **Passionate Politics: emotions and social movements**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
25. HARDING, Susan. Representing Fundamentalism: The Problem of the Repugnant Cultural Other. **Social Research**, New York, v. 58, n. 2, p. 373-393, 1991.
26. HERZFELD, Michael. **Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State**. New York: Routledge, 2005.
27. HERZFELD, Michael. It takes one to know one: Collective resentment and mutual recognition among Greeks in local and global contexts. In: FARDON, Richard (org.). **Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge**. London: Routledge, 1995. p. 127-145.
28. JASPER, James. **The Emotions of Protest**. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.
29. KATZ, Jack. **Seductions of crime**. New York: Basic Books, 1988.
30. LACERDA, Renata Barbosa. Coragem para segurar a terra: habitação, trabalho e violência. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dibe; DAINESE, Grazielle (org.). **Casa, corpo, terra, violência: Abordagens etnográficas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022a. p. 293-326.
31. LACERDA, Renata Barbosa. Revoltas do povo da BR-163 contra crises da ambientalização do governo. **Anuário Antropológico**, v.47, n.1, p. 19-43, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.9306>. Acesso em: 1 out. 2024.
32. LACERDA, Renata Barbosa. **Terra sem lei? Sociedade e política no governo da Amazônia**. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
33. LAMBEK, Michael. **Ordinary ethics: anthropology, language, and action**. New York: Fordham University Press, 2010.
34. LAMBEK, Michael; ANTZE, Paul. Introduction: Forecasting Memory. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (org.). **Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory**. New York: Routledge, 2016. p. 11-40.
35. MARQUES, Ana Cláudia. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: Novos e velhos

- capítulos da colonização no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 85-103, out. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YyxvXCr77yRxVtPRGCcgTpz/>. Acesso em: 1 out. 2024.
36. MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián. “Cosas que no están escritas en el texto”: una exploración sobre la investigación antropológica con los violentos. In: JIMENO, Myriam; GÓNGORA, Andrés; MARTÍNEZ-MORENO, Marco Julián; OLMOS, Antonio (ed.). **Antropología, violencia y actores sociales en América Latina**. Bogotá: Centro de Estudios Sociales, Universidad Nacional de Colombia, 2022. p. 279-306.
37. MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
38. MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. Colonização “espontânea”, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1988.
39. ORAVEC, Gertrudes Strassburg. **Saga dos pioneiros do Pará**: município de Novo Progresso. Novo Progresso, 2008.
40. PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz (org.). **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.
41. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia. Humanizing fascist? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology**, London, v. 29, n. 2, p. 329-372, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1469-8676.13048>. Acesso em: 1 out. 2024.
42. PIOT, Charles. **Nostalgia for the Future: West Africa after the Cold War**. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
43. PIRAN, Adécio. Depois da mão criminosa, internautas tem nova teoria sobre incêndio. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 8 jul. 2017. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/depois-da-mao-criminosa-internautas-tem-nova-teoria-sobre-incendio/>. Acesso de 22 set. 2022.
44. PIRAN, Adécio. Bolsonaroista de Novo Progresso fazem doação em dinheiro para campanha Nacional e prometem angariar mais votos para o Presidente Jair Bolsonaro neste 2º Turno. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 17 out. 2022a. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/bolsonarista-de-novo-progresso-fazem-doacao-em-dinheiro-para-campanha-nacional-e-prometem-angariar-mais-votos-para-o-presidente-jair-bolsonaro-neste-2o-turno/>. Acesso em: 10 dez. 2022.
45. PIRAN, Adécio. Bolsonaroistas fecham rodovia BR 163 em Novo Progresso. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 31 out. 2022b. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/bolsonaristas-fecham-rodovia-br-163-em-novo-progresso/>. Acesso em: 10 dez. 2022.
46. PIRAN, Adécio. Bolsonaroistas impedem passagem da PRF e seguem interditando BR 163 em Novo Progresso; Clima é tenso. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 1 nov. 2022c. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/bolsonaristas-impedem-passage-da-prf-e-seguem-interditando-br-163-em-novo-progresso-clima-e-tenso/>.

Acesso em: 10 dez. 2022.

47. PIRAN, Adécio. PF pede prisão de 18 pessoas que confrontaram os PRFs em Novo Progresso. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 8 nov. 2022d. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/pf-pede-prisao-de-18-pessoas-que-confrontaram-os-prfs-em-novo-progresso/>. Acesso em: 10 dez. 2022.
48. PIRAN, Adécio. Tropa de choque da PRF tenta dispersar manifestantes para liberar rodovia em Novo Progresso; OUVÉ CONFRONTO!. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 7 nov. 2022e. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/tropa-de-choque-da-prf-dispersa-manifestantes-para-tentar-liberar-rodovia-em-novo-progresso/>. Acesso em 10 dez. 2022.
49. PIRAN, Adécio. Veja como foi a votação no 1º turno para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual em Novo Progresso. **Folha do Progresso**, Novo Progresso, 3 out. 2022f. Disponível em: <https://www.folhadoprogresso.com.br/veja-como-foi-a-votacao-no-1o-turno-para-os-cargos-de-presidente-governador-senador-deputado-federal-e-deputado-estadual-em-novo-progresso-pa/>. Acesso em: 10 dez. 2022.
50. POMPEIA, Caio. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 104, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bWNJXhwGrcqZRqjJF6rD5pv/?lang=pt>. Acesso em: 1 out. 2024.
51. PRF tentou negociar antes dos ataques em Novo Progresso. **DOL**, Belém, 7 nov. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/780184/prf-tentou-negociar-antes-dos-ataques-em-novo-progresso?d=1>. Acesso em: 10 dez. 2022.
52. REVELADO mais um morador de Novo Progresso entre os presos por atos de terrorismo em Brasília. **Portal OESTADONET**, Santarém, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/22879/revelado-mais-um-morador-de-novo-progresso-entre-os-presos-por-atos-de-terrorismo-em-brasilia/> Acesso em: 10 mar. 2024.
53. REZENDE, Claudia; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
54. SASSINE, Vinicius. MPF afirma que bolsonaristas que atiraram na PRF no Pará agiram ‘por golpe de Estado’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/bolsonaristas-no-para-tentaram-matar-agentes-da-prf-e-agiram-por-golpe-de-estado-diz-mpf.shtml>. Acesso: 10 dez. 2022.
55. SCHNEIDER, Sara Royer; FORTES, Raquel. **A História de Novo Progresso**. Novo Progresso: UFPA, 2011.
56. SCHUMANN, Charlotte; HARTBERGER, Korbinian; KLINGLER, Michael; SCHONENBERG, Regine. **Sempre pra frente**. Histórias de vida da BR 163. São Paulo: Olhares, 2015.
57. SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos**

- colonos da Amazônia mato-grossense. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
58. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1990.
59. SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7 n. 18, p. 1-31, 1992.
60. SEYFERTH, Giralda. Colonização e conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. *In*: SANTOS, José Tavares dos (org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 285-330.
61. SOUZALIMA, Antônio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.
62. SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.
63. TARCA, Karina. **“Entre tempos bons e ruins”. Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica**: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
64. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. As novas terras como forma de dominação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 67-82, mar. 1991.
65. THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
66. TORRES, Maurício; BRANFORD, Sue. Amazônia ou parque dos dinossauros? Grileiros sentem “um ambiente bem mais positivo” em Brasília e avançam para novas conquistas. **The Intercept Brasil**, São Paulo, 4 abr. 2017. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/04/04/grileiros-disputam-floresta-nacional-do-jamanxim-pa-para-criar-gado/>. Acesso em: 18 jul. 2022.
67. VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
68. VÍDEO: PRF avisou que usaria força de choque na BR-163. **DOL**, Belém, 7 nov. 2022. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/780154/video-prf-avisou-que-usaria-forca-de-choque-na-br-163?d=1>. Acesso em: 20 dez. 2022.
69. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UnB, 1999.
70. ZIGON, Jarrett. Hope and Waiting in Post-Soviet Moscow. *In*: JANEJA, Manpreet; BANDAK, Andreas (org.). **Ethnographies of Waiting**: Doubt, Hope and Uncertainty. London: Bloomsbury, 2018. p. 65-86.

*Renata Barbosa Lacerda*

Pós-doutoranda, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6128-7285>. E-mail: [reblacer@gmail.com](mailto:reblacer@gmail.com)